

Teorias sobre as etapas do capitalismo: uma análise crítica

Marcelo Soares Bandeira de Mello Filho¹

Resumo

As teorias sobre as etapas do capitalismo analisam as diferentes formas do capitalismo ao longo da história. No início do XX, a periodização do capitalismo foi elaborada pelas teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista. A partir do início da década de 1970, novos tipos de reflexão acerca das mudanças do capitalismo surgiram, como a escola francesa da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação e a abordagem neoschumpeteriana. As insuficiências teóricas apresentadas pelas abordagens sobre as etapas do capitalismo derivam, de modo geral, da dificuldade em articular as características mais fundamentais do modo de produção, as estruturas multisseculares do capitalismo, com as estruturas específicas a determinados períodos históricos. Para solucionar tais deficiências é proposta uma análise do capitalismo baseada nas múltiplas escalas de tempo².

Palavras-chave: etapas do capitalismo; imperialismo; era de ouro do capitalismo

Abstract

The theories of capitalist stages analyse the different forms of capitalism throughout history. In the early twentieth century, the periodization of capitalism was elaborated by the theories of imperialism and monopoly capitalism. From the early 1970s, new types of researches on the stages of capitalism emerged, like the French regulation school, the social structures of accumulation school, and the neoschumpeterian approach. In general, the theoretical problems associated to the theories of capitalist stages are caused by the lack of articulation of the most fundamental characteristics of the mode of production, the multi-secular structures of capitalism, with the structures specific to certain historical periods. To overcome these theoretical problems is proposed to analyse the capitalism using multiple time scales.

Keywords: stages of capitalism; imperialism; golden age of capitalism

**ARTIGO SUBMETIDO AO XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA,
NITERÓI – 12/06/2018 A 15/06/2018**

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del-Rei.

² O presente artigo foi baseado em ideias desenvolvidas na tese de doutorado do autor. A tese foi beneficiada pelos comentários de Carlos Eduardo Suprinyak, Eduardo da Motta e Albuquerque, Eleutério Prado, David Dequech e pela orientação de Hugo Eduardo Araujo da Gama Cerqueira. Nenhum dos citados possui responsabilidade pelos equívocos presentes no artigo

Introdução

A compreensão das diferentes formas de funcionamento das economias capitalistas ao longo da história é o objeto principal de estudo das teorias sobre as etapas do capitalismo. Diversos autores, na virada do século XX, procuraram modificar a teoria econômica e a crítica da economia política com o intuito de compreender as mudanças econômicas da época, tais como a mecanização, o surgimento de grandes firmas com poder de mercado (chamadas genericamente de monopólios), o acirramento do nacionalismo e do expansionismo. As teorias acerca do imperialismo e do capitalismo monopolista, analisadas na próxima seção, enfatizam o surgimento de monopólios, do capitalismo financeiro e de grandes montantes excedentes de capital como as causas econômicas do imperialismo.

Entre as décadas de 1940 e 1960, as análises sobre as etapas do capitalismo foram eclipsadas pelo sucesso do keynesianismo em evitar grandes crises e promover elevado crescimento. Contudo, a partir do final da década de 1970, ocorreu um novo tipo de crise econômica nos países centrais, caracterizada como crise de estagflação, que marcou o declínio das políticas keynesianas de crescimento. Esse tipo de crise estimulou a retomada de reflexões acerca das mudanças qualitativas do capitalismo. Surgiram abordagens como a escola francesa da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação e a abordagem neoschumpeteriana, apresentadas na terceira parte deste artigo. As três abordagens compreendem o capitalismo como um sistema econômico que não é autorregulado, mas organizado com base em instituições (que podem ser leis, rotinas, hábitos, costumes etc.), que não são explicáveis apenas pelo cálculo econômico, pois são constructos sociais permeados por elementos políticos, culturais e ideológicos. A construção, o apogeu e a crise das etapas e dos tipos de capitalismo são explicados, respectivamente, pela implantação, pelo pleno funcionamento e pela decadência das estruturas institucionais em dados contextos tecnológicos e organizacionais.

Depois de apresentadas, nas duas próximas seções, as principais teorias sobre as etapas do capitalismo, as mesmas são criticadas, na quarta parte deste artigo, por terem dificuldade de explicar períodos históricos diversos daqueles nas quais foram criadas. Desse modo, as teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista não conseguiram explicar o capitalismo do pós-guerra. E as teorias que nasceram no ocaso da “era de ouro” do capitalismo apresentam dificuldades para compreender tanto o imperialismo quanto o capitalismo neoliberal. As insuficiências teóricas apresentadas pelas abordagens derivam, de modo geral, da dificuldade em articular as características mais fundamentais do modo de produção, as estruturas multisseculares do capitalismo, com as estruturas específicas a determinados períodos históricos. Na penúltima parte do artigo procura-se conciliar esses dois conjuntos de estruturas destacando as diferentes escalas de

tempo presentes tanto na sociedade, quanto na natureza. Portanto, não se pretende descartar as teorias sobre as etapas do capitalismo, mas sim estabelecer bases mais sólidas para que seja possível melhor articulá-las com uma teoria sobre as características gerais do modo de produção capitalista. Por fim, na última parte, são traçadas considerações finais.

Teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista

O objetivo desta seção é analisar os desenvolvimentos das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista a partir do ponto de vista da conceitualização das etapas do capitalismo. Naturalmente que um tema tão discutido como o imperialismo não poderá ser exaurido aqui. Os conceitos de imperialismo e de capitalismo monopolista foram desenvolvidos por Hobson, Veblen, Lênin, Hilferding, Luxemburgo, Bukharin, Baran, Schumpeter, Sweezy e outros autores, visando compreender as transformações do capitalismo iniciadas no final do século XIX.

A necessidade de compreensão das particularidades da vida econômica no final do século XIX levou autores da época a não mais acreditar que a economia política clássica ou as concepções marginalistas (que enfatizavam o caráter auto-organizador do capitalismo liberal) seriam capazes de apreender a realidade do sistema econômico. Do ponto de vista marxista, o grande desafio era compreender as razões pelas quais, apesar da grande instabilidade econômica ocorrida entre as décadas de 1870 e 1890 e apesar do grande crescimento dos movimentos operários no período, não houve uma revolução socialista nem tampouco o colapso do capitalismo. A explicação para a continuidade e para a transformação pelas quais passava o modo de produção se centrou na monopolização do capital, nas inovações técnicas e organizacionais e no expansionismo imperialista.

O primeiro grande autor a conceituar com rigor o imperialismo foi Hobson, em livro publicado em 1902. O autor foi inspirado pelo contexto da Guerra dos Bôers – onde hoje é a África do Sul –, que presenciou na condição de jornalista. Segundo o autor, o imperialismo se refere ao controle político despótico exercido por uma minoria sobre uma população estrangeira (HOBSON, 1902, p. 7-9). A definição de Hobson, portanto, não restringe o imperialismo a um fenômeno exclusivo do capitalismo.

No capítulo VI de seu livro, Hobson procura pela raiz econômica profunda do fenômeno. A concorrência que os produtos manufaturados da Inglaterra passaram a sofrer, nas últimas décadas do século XIX, por parte da Alemanha, da Bélgica e dos Estados Unidos, fizeram com que a principal potência mundial de então perdesse mercados. Com a busca, pela Inglaterra, da conquista por mercados, outros países, como os EUA e a Alemanha, também começariam a se dedicar ao imperialismo. A influência que os grandes capitalistas têm no mundo político seria

responsável pela institucionalização do imperialismo como prática de Estado. De acordo com o autor, existe superprodução, ou excesso de poupança, porque a distribuição de renda não segue a capacidade produtiva da sociedade. Caso os salários aumentassem na proporção da produtividade, não haveria subconsumo (HOBSON, 1902, p. 53-59; 201-202). Portanto, o imperialismo não é uma necessidade do capitalismo. Ele pode ser totalmente superado se o sistema econômico passar por uma “reforma social”, que inclua aumentos salariais e de impostos, canalizando a renda para que os trabalhadores e o governo gastem, evitando a superprodução e o desemprego:

A disputa por mercados, a maior ansiedade dos produtores para vender do que dos consumidores para comprar, é a prova suprema de uma falsa economia da distribuição. O imperialismo é o fruto dessa falsa economia; a “reforma social” é o remédio. O objetivo primeiro da “reforma social”, usando o termo no seu significado econômico, é a ampliação do padrão saudável do consumo privado e público de uma nação, de modo a permitir que a nação viva no mais alto padrão possível de produção (HOBSON, 1902, p. 61).

O imperialismo foi a principal linha de pesquisa dos autores marxistas das primeiras décadas do século XX. Hilferding (1910), Lênin (1917), Luxemburgo (1913), Bukharin (1917) e outros pensadores marxistas procuraram investigar o fenômeno. De acordo com Hilferding, o novo tipo de capitalismo seria caracterizado, por um lado, pela formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessas relações que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata (HILFERDING, 1910, p. 27). Por sua vez, Lênin identifica o capitalismo monopolista como o elemento central para a compreensão da etapa do capitalismo:

Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LÊNIN, 1917, p. 217).

Uma característica comum aos autores marxistas do início do século XX é que eles, de forma determinista, vislumbraram o imperialismo como uma fase de transição entre o capitalismo e o socialismo. Boa parte da produção já encontrava-se planejada pelos grandes capitalistas e a luta de classes levaria ao socialismo, entendido como o controle social sobre a produção e a distribuição: “O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa” (LÊNIN, 1917, p. 131). O mesmo tipo de argumento é encontrado em Rosa Luxemburgo³ e em Hilferding⁴.

3 “O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como força de produção

Seguindo os *insights* de Luxemburgo, Lênin, Bukharin e Hilferding, o conceito de capitalismo monopolista foi desenvolvido, principalmente da década de 1960 em diante. O livro “Capitalismo monopolista: um ensaio sobre a ordem econômica e social americana”, foi publicado por Baran e Sweezy em 1966. Os autores citam Lênin como uma referência teórica, pois ele defendeu que o imperialismo corresponde ao estágio monopolista do capitalismo. Porém, dizem que vão além de Marx, de Lênin e de Hilferding, autores marxistas pioneiros na teorização da formação dos monopólios, ao identificar as “leis de movimento” dessa nova etapa do capitalismo (BARAN, SWEEZY, 1966, p. 4). O foco da investigação é a geração e a absorção do excedente em uma economia com presença importante de grandes firmas com poder de mercado (capacidade de determinar o volume da produção e o nível de preço). Devido à grande concentração de renda nesse tipo de capitalismo, é esperado que o mesmo apresente uma tendência à estagnação, apenas compensada por duas contratendências principais: a ocorrência de inovações tecnológicas que marcam época⁵ e a eclosão de guerras. Na conclusão do livro, Baran e Sweezy (1966, p. 364-367) observam que a revolução socialista estaria se espalhando em vários países, podendo, até mesmo, alcançar os EUA.

A previsão revolucionária não se concretizou. Porém, o conceito de capital monopolista continuou sendo utilizado pelos pensadores influenciados pela *Monthly Review*. Entre eles, John Bellamy Foster e Fred Magdoff, que publicaram o livro “*The great financial crisis*”, em 2009, procurando compreender a crise que teria eclodido no ano de 2007. O argumento principal do livro é o de que no capitalismo monopolista, com preços fixados pelas principais empresas, há uma tendência de geração de um enorme excedente que não será absorvido pelo consumo, pelo investimento, nem mesmo pelos gastos civis do governo, que são combatidos pelos grupos monopolistas. O sistema só conseguiria se manter graças a artifícios, como os elevados gastos militares e a especulação financeira. Esta, inclusive, teria ficado cada vez mais importante como fonte de lucros, alimentando o endividamento das famílias e do próprio governo, que teria de salvar periodicamente o sistema financeiro. E, como consequência lógica do argumento, percebe-se que o

universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo (...)” (LUXEMBURGO, 1913, p. 98).

4 “O capital financeiro na sua perfeição significa o mais alto grau de poder econômico nas mãos da oligarquia capitalista. Ele leva à perfeição a ditadura dos magnatas capitalistas. Simultaneamente, a ditadura dos donos nacionais do capital de um país torna-se cada vez mais incompatível com os interesses capitalistas de outros países, e a dominação do capital dentro do país cada vez mais inconciliável com os interesses dos explorados pelo capital financeiro – mas também com as massas populares chamadas para a luta. No violento choque dos interesses opostos, a ditadura dos magnatas do capital transforma-se finalmente na ditadura do proletariado” (HILFERDING, 1910, p. 346).

5 De acordo com os autores, somente três inovações marcaram época: o motor a vapor, a ferrovia e o automóvel. Outras invenções radicais, como a eletricidade e o avião, por exemplo, não teriam respondido por uma mudança tão grande no volume de capital mobilizado, nem teriam provocado transformações cumulativas na geografia econômica como as três anteriormente destacadas (BARAN, SWEEZY, 1966, p. 218-222).

problema real da crise contemporânea se encontra no capitalismo monopolista e não na financeirização, que seria apenas um sintoma de um problema mais grave. Para os autores, uma solução real para a crise seria a reconstrução da economia americana com base nos desejos populares, ou seja, a construção do socialismo (FOSTER, MAGDOFF, 2009, p. 22-23).

Teorias sobre a “era de ouro” do capitalismo

Na década de 1970 os debates acerca das etapas do capitalismo ganharam novo ímpeto, devido às turbulências que atingiam os principais países capitalistas. As ondas de protestos dos movimentos pacifista, feminista, negro e estudantil (especialmente a partir de 1968), a Guerra do Vietnã, a estagflação, o rompimento do acordo de Bretton Woods (em 1971) e as crises do petróleo de 1973 e 1979 são apenas algumas dessas turbulências.

Entre meados da década de 1970 e o início da década de 1980, algumas escolas de pensamento surgiram, procurando compreender justamente como se construiu e como entrou em crise o padrão de capitalismo do pós-guerra, considerado “a era de ouro” do capitalismo. Três abordagens se destacam: a escola francesa da regulação, a abordagem neoschumpeteriana e a escola das estruturas sociais de acumulação. Estas três escolas têm em comum a rejeição das teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista e a ênfase na tecnologia e nas instituições – entendidas de maneira ampla como leis, rotinas, comportamentos tácitos e codificados – enquanto unidades principais de análise para a compreensão dos diferentes tipos de capitalismo. A construção e a decadência das estruturas institucionais marca cada etapa do capitalismo.

A mais conhecida dessas três abordagens, a escola francesa da regulação, foi sistematizada pela primeira vez no livro “*Régulation et crises du capitalisme*”, publicado na França em 1976, baseado na tese de doutorado de Michel Aglietta, defendida em 1974. Além de Aglietta, outros importantes autores ligados à corrente são Boyer, Lipietz e Coriat.

Em 1986, Boyer publicou um livro, lançado em português em 1990, “Teoria da regulação: uma análise crítica”, que apresenta a abordagem. A passagem a seguir sintetiza bem o projeto teórico da escola, que procura utilizar a história de longa duração para criar uma hierarquia de conceitos partindo de Marx⁶ e utilizar tais conceitos para a compreensão tanto das leis gerais quanto das regularidades históricas do capitalismo:

O objetivo da análise em termos de regulação é, justamente, o de fazer da história de longa duração o

⁶ Em textos mais recentes, Boyer reafirma que a escola se inscreve na tradição do pensamento de Marx, “mas pretende alterar e prolongar a análise de ‘O capital’, tanto à luz dos métodos modernos dos economistas quanto graças aos ensinamentos derivados das transformações do capitalismo desde o final do século XIX”. Entretanto, o autor critica tanto Marx quanto os teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista de Estado por enfatizarem principalmente a queda da taxa de lucro como causa das crises e por terem subestimado a capacidade de mudança qualitativa do modo de produção capitalista (BOYER, 2004, p. 33-36; 2015, p. 40-43).

meio para um enriquecimento e uma elaboração crítica das intuições marxistas referentes à dinâmica das economias capitalistas. Se ainda é estimulante partir dos ensinamentos de Marx, esta década de pesquisas procurou, precisamente, criar uma hierarquização desta herança: entre os conceitos mais abstratos (...) e as noções que podem e devem ser confrontadas com as evoluções observadas (...); entre uma relação social geral e as formas específicas que ela assume ao longo do tempo; entre as leis trans-históricas e as simples regularidades econômicas válidas para um conjunto bem específico de formas sociais (BOYER, 1990, p. 65).

Considerando que a investigação de Marx acerca do modo de produção capitalista constitua o nível mais abstrato de investigação, o conceito de regime de acumulação, que se refere às regularidades macroeconômicas, estaria em um nível intermediário de abstração. No plano menos abstrato de análise estaria o conceito de modo de regulação, o conjunto das formas institucionais que, por sua vez, são as formas históricas nas quais aparecem as relações sociais básicas do modo de produção. Tal conjunto de conceitos permite que se estabeleça uma periodização do modo de produção. Também possibilita o reconhecimento da diferenciação espacial do capitalismo (LIPIETZ, 1988, p. 45-50; BOYER, 1990; 2004; 2015).

De modo geral, a escola da regulação reconhece dois regimes de acumulação. No regime de acumulação extensiva prevalece a extração de mais-valia absoluta (é um regime de baixo crescimento da produtividade), enquanto na acumulação intensiva prevalece a extração de mais-valia relativa (ou seja, elevado crescimento da produtividade).

O fordismo, padrão de crescimento dos países desenvolvidos durante a “era de ouro” do capitalismo (1945-1973), seria entendido a partir da conjunção de um regime de acumulação intensiva com um modo de regulação monopolista: “Após a Segunda Guerra Mundial, o regime de acumulação intensiva, centrado no consumo em massa, pôde se generalizar justamente porque um novo modo de regulação, monopolista, havia incorporado *a priori* na determinação dos salários e dos lucros nominais, um crescimento do consumo popular em proporção aos ganhos de produtividade” (LIPIETZ, 1988, p. 50).

No âmbito do modo de regulação, as principais instituições seriam: 1) relação salarial marcada por convênios coletivos, salário mínimo crescente, previdência social e outras formas de salário indireto; 2) gestão da moeda marcada pelo dinheiro fiduciário e pela generalização dos empréstimos bancários para as firmas e famílias; 3) formas de governo do tipo Estado-Providência e que adotam políticas keynesianas; 4) hegemonia americana, no plano internacional (LIPIETZ, 1988, p. 52-56).

Por sua vez, a crise do fordismo teria começado com uma desaceleração geral dos ganhos de produtividade. Em seguida teria ocorrido uma compressão dos lucros (*profit squeeze*) decorrente dos aumentos salariais e responsável tanto pelo crescimento inflacionário quanto por menores níveis de investimento e de emprego (AGLIETTA, 1976; LIPIETZ, 1988; BOYER, 1998; CORIAT, 1994). Segundo os autores regulacionistas, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela busca de novos regimes de crescimento (chamados de pós-fordistas) (BOYER, SAILLARD, 2002).

Mais recentemente, no início dos anos 2000, os regulacionistas identificaram o regime de acumulação liderado pelas finanças como o regime que estaria prevalecendo nos Estados Unidos (BOYER, 2004; 2015). Após o estouro da bolha das hipotecas *subprime*, os autores regulacionistas se voltaram ao aprofundamento da compreensão do padrão de crescimento americano das últimas décadas e adotaram a visão de que se tratava de um regime de acumulação caracterizado como “liderado pelas finanças” (BOYER, 2011) ou “liberal-produtivista” (LIPIETZ, 2012; 2015). Tal modelo, entretanto, já teria colapsado. Um novo modo de desenvolvimento poderia, então, emergir.

A abordagem evolucionária neoschumpeteriana surgiu entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, procurando teorizar o surgimento e a difusão de inovações e de conhecimento na economia, assim como as transformações técnicas e organizacionais que originam diferentes ondas de progresso técnico e de crescimento econômico. Seguindo as contribuições de Schumpeter, a inovação é considerada o principal elemento analítico do capitalismo, responsável pela sua dinâmica. Entre os principais autores neoschumpeterianos, pode-se destacar Richard Nelson, Sidney Winter, Carlota Perez, Chris Freeman, Giovanni Dosi e Francisco Louçã. Algumas das principais linhas de pesquisa desenvolvidas pela abordagem neoschumpeteriana são a construção de uma teoria evolucionária das firmas e dos mercados (NELSON, WINTER, 1982) e a investigação da interação entre firmas e instituições de ensino e pesquisa formando sistemas de inovação (LUNDVALL, 2007; FREEMAN, 2002). Outra linha de pesquisa, investigada neste artigo, procura compreender mudanças de longo prazo do capitalismo. As obras neoschumpeterianas acerca das ondas longas do capitalismo (PEREZ, 1983, 2012; LOUÇÃ, 2007; FREEMAN, LOUÇÃ, 2004) advogam na história econômica do capitalismo a alternância entre longos períodos de rápido crescimento econômico e outros longos períodos de crise ou estagnação, liderados pelo surgimento e difusão de paradigmas tecnológicos e de regimes de regulação (ou regimes socioinstitucionais). Tais ondas longas são também conhecidas como ciclos de Kondratiev.

Uma fase ascendente de uma onda longa, uma “era de ouro”, ocorre quando há uma complementaridade harmônica entre os padrões tecnológico e socioinstitucional, o que acelera a difusão e generalização do padrão tecnológico. Quando a tecnologia se aproxima de seus limites de lucratividade, as empresas começam a investir menos recursos na produção e mais na especulação, formando as bolhas características das “eras douradas” (PEREZ, 1983, 2012). Enquanto as novas tecnologias começam a ser implantadas, a insatisfação da sociedade estimula mudanças sociais, políticas e institucionais. Segundo os defensores de tal abordagem, a tecnologia é um elemento fundamental para a explicação das mudanças históricas do capitalismo, mas a política e a cultura também são fundamentais (FREEMAN, LOUÇÃ, 2004, p. 378).

Carlota Perez (2012) identifica duas ondas longas no século XX⁷. Uma onda longa que vai de 1908 até 1971, considerada a quarta onda longa do capitalismo. As principais inovações da época foram o automóvel, a aviação, a eletricidade, o rádio e outros produtos de fabricação em massa. Ainda segundo Perez (2012), uma nova onda longa está ocorrendo desde 1971, graças às tecnologias de comunicação e informação. Porém, não foram ainda construídas instituições que permitam que a “era dourada” seja substituída pela “era de ouro”, que tem que ser sustentável em termos sociais e ambientais, combinando tecnologias de informação e comunicação (TIC) com crescimento “verde”.

Assim como os autores neoschumpeterianos, as primeiras pesquisas que deram origem a abordagem das estruturas sociais de acumulação enfatizavam as ondas longas do capitalismo (GORDON, 1978). Com o passar do tempo, a ênfase nas ondas longas foi substituída pela tentativa de combinar as contribuições teóricas de Marx com uma análise mais concreta das instituições e dos tipos de crise característicos dos diferentes períodos do capitalismo. Embora considerem importantes as tendências delineadas por Marx, os autores da escola – Gordon, Bowles, Reich, Edwards, Kotz, McDonough, etc – defendem que tais tendências estão estabelecidas em um nível ainda muito abstrato. Não se pode compreender o que ocorre com o sistema capitalista apenas a partir delas. Para alcançar tal compreensão seria necessária a construção de um nível intermediário de análise, chamado de estrutura social de acumulação, que não se resume nem ao estrato mais abstrato de pensamento, nem ao nível factual dos estudos de caso:

Nós propomos que um nível intermediário de análise, focado na lógica das ondas longas e das etapas do capitalismo, é necessário para a compreensão do desenvolvimento capitalista. Esse nível de análise intermediário procura complementar tanto a análise abstrata e tradicional de Marx do desenvolvimento capitalista quanto a análise mais recente e concreta da vida cotidiana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22)⁸.

Os autores identificam quatro pilares do arcabouço institucional do pós-guerra: 1) a *pax* americana, o poder militar e econômico dos Estados Unidos; 2) o acordo capital-trabalho, que permitia ganhos salariais reais dos trabalhadores em troca de controle absoluto sobre a produção; 3) o acordo entre capitalistas e cidadãos, que permitia ao Estado reduzir a instabilidade macroeconômica e promover gastos públicos em infraestrutura, defesa, saúde, educação e seguridade social; 4) contenção da rivalidade intercapitalista, resultado de mercados oligopolizados (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984; 1990).

Já a partir de meados da década de 1960, as fundações desse sistema teriam começado a

7 De acordo com Freeman (2000), ocorreram cinco ondas longas no capitalismo. A primeira onda aconteceu entre 1780 e 1840, impulsionada pela indústria têxtil, a segunda onda ocorreu entre 1840 e 1890, tendo como principal inovação o motor a vapor (e com esse as ferrovias), a terceira onda durou de 1890 a 1940, puxada pela eletricidade e pela química pesada, a quarta onda durou de 1940 a 1990, impulsionada pelo automóvel, pelos bens de consumo duráveis e pelos materiais sintéticos. Finalmente, a quinta onda de Kondratiev iniciou-se nos anos 1990, impulsionada pela informática e pelas telecomunicações.

8 Com o intuito de aprimorar a fluência do texto, as citações em língua estrangeira foram livremente traduzidas.

erodir. No plano internacional, as empresas europeias e japonesas estavam mais competitivas, erodindo os superávits comerciais americanos. Além disso, os Estados Unidos são derrotados no Vietnã e a OPEP aumenta o preço do petróleo. No que se refere ao acordo capital-trabalho, a coalizão que possibilitava crescimento econômico e salários crescentes, passou a ser ameaçada. Estava crescendo a insatisfação dos excluídos da relação salarial, principalmente negros e mulheres. Os déficits fiscais crescentes, aliados a uma política monetária expansionista em um ambiente de baixa taxa de desemprego e salários reais crescentes, contribuiriam com a pressão inflacionária e com a diminuição dos lucros (BOWLES, GORDON & WEISSKOPF, 1984; 1990).

Assim como os autores da escola da regulação, os adeptos da abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação compreendiam o capitalismo das décadas de 1980 e 1990 como uma continuação da crise dos anos 1970. Se a agenda neoliberal estava sendo bem sucedida em reduzir o papel do Estado, ela não estaria sendo capaz de construir uma estrutura social de acumulação, “um conjunto de instituições que promovem uma acumulação rápida e estável”. A superação de tal crise só seria possível com a criação de uma nova estrutura social de acumulação:

“(...) se uma estrutura social de acumulação é entendida não apenas como um conjunto de instituições que afeta a acumulação de capital, mas como um conjunto de instituições que promovem uma acumulação rápida e estável, então a continuação da ausência de rápido crescimento no longo prazo dos países capitalistas industrializados é inconsistente com o argumento de que nós temos agora uma estrutura social de acumulação neoliberal” (KOTZ, 2001, p. 97).

Entretanto, mais recentemente, os autores da escola começaram a teorizar o capitalismo das últimas décadas como sendo algo mais do que uma simples continuação da crise da década de 1970. David Kotz foi o principal teórico a advogar essa ruptura, que promove uma releitura do conceito central da escola. Como o neoliberalismo é uma estrutura institucional coerente que existe desde os anos 1980, ele é uma estrutura social de acumulação, apesar de promover um baixo crescimento econômico (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 73). Não há argumentos teóricos sólidos para justificar que uma estrutura social de acumulação tenha que promover o crescimento econômico acelerado, o simples fato de que um período de elevado crescimento exija uma estrutura social de acumulação adequada não implica que toda estrutura social de acumulação garanta rápido crescimento (WOLFSON, KOTZ, 2010, p. 76-77).

Depois da crise iniciada em 2008, vários dos desenvolvedores da abordagem das estruturas sociais de acumulação (KOTZ, MCDONOUGH, 2010; LIPPIT, 2014) afirmaram que a crise marca o colapso da estrutura social de acumulação neoliberal, que não poderia ser reformada de maneira modesta:

As falas sobre a reestruturação econômica estão por toda parte na época em que estamos escrevendo. A teoria da estrutura social de acumulação não pode prever a direção que a reestruturação econômica vai tomar. Entretanto, a teoria da estrutura social de acumulação sugere que sustentar a estrutura social de acumulação neoliberal global não é uma opção viável e que, nos próximos anos, vai emergir um novo caminho para o sistema global, originado das lutas de várias classes e grupos (KOTZ, MCDONOUGH, 2010, p. 118).

Insuficiências teóricas das abordagens analisadas

As teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, historicamente, se mostraram uma importante fonte de *insights* para o entendimento do capitalismo predominante na primeira metade do século XX. As teorias sobre as “eras de ouro” foram bem sucedidas na explicação do período de crescimento econômico mais acelerado da história, entre o pós-guerra e a década de 1970. Apesar do sucesso em explicar etapas específicas do capitalismo, as abordagens analisadas falharam em um objetivo mais amplo: a explicação para etapas diferentes daquelas em que as teorias foram forjadas. Os diferentes autores se apegaram a um aspecto histórico ou teórico específico e analisaram o capitalismo como um todo desse ponto de vista, unilateral e enviesado.

Desse modo, as transformações históricas do capitalismo e o fenômeno do imperialismo eram explicados de modo reducionista. Por exemplo, Hobson e Rosa Luxemburgo compreendem o imperialismo como resultado da tendência ao subconsumo. Mais recentemente, Baran e Sweezy adotaram um ponto de vista análogo, estagnacionista, que tem pouca capacidade de explicar as elevadas taxas de crescimento das décadas de 1950 a 1970. Voltando aos autores das primeiras décadas do século passado, Hilferding, Bukharin e Lênin explicam as mudanças nas etapas do capitalismo com base em transformações no plano da esfera da concorrência, que teriam dado origem ao capitalismo monopolista.

A maior parte dos teóricos do imperialismo e do capitalismo monopolista viam essas etapas do capitalismo como a forma mais avançada de capitalismo, que tenderia a entrar em crise e dar lugar ao socialismo. Na prática a história não caminhou nesse sentido linear e o capitalismo mostrou uma grande capacidade de se reinventar. Os conceitos de imperialismo e capitalismo monopolista se enquadram bem às grandes potências do final do século XIX e início do século XX e ao capitalismo americano atual, mas não à totalidade da Europa Ocidental e do Japão desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Nessas últimas regiões não foi necessário recorrer a elevados gastos militares e ao endividamento das famílias para sustentar a demanda. Portanto, contrariando o que previram a maior parte dos teóricos do imperialismo e os teóricos do capitalismo monopolista, com a importante exceção de Hobson, os trabalhadores conseguiram elevados ganhos de salário real, mesmo em países com estruturas concorrenciais tão ou mais concentradas que a estadunidense. A existência de monopólios e oligopólios não implica em um tipo único de política de Estado. Do ponto de vista de uma teorização das etapas do capitalismo, outros critérios (além do tipo de empresa prevalecente), como o tipo de moeda (metálica ou fiduciária), o tipo de relações de trabalho, o padrão de ação econômica do Estado (seja ele liberal, keynesiano, neoliberal, ou desenvolvimentista) e o tipo específico de ambiente internacional são necessários para a

compreensão das etapas do capitalismo, como os autores da escola da regulação, da abordagem das estruturas sociais de acumulação e da escola neoschumpeteriana observaram. Entretanto, essas três abordagens também apresentaram sérios problemas teóricos e análises históricas insuficientes.

De acordo com a escola da regulação, a Grande Depressão teria sido causada pela aceleração dos ganhos de produtividade (oriunda da generalização das técnicas fordistas), não acompanhada pela elevação proporcional dos salários. Clarke (1991) questiona a existência de um regime de acumulação extensiva: “[a] ideia de que a acumulação antes da Primeira Guerra Mundial era baseada na produção de mais-valor absoluto parece muito estranha para alguém familiarizado como os rudimentos da história econômica do capitalismo” (CLARKE, 1991, p. 113). Brenner (1999, p. 61-63) critica a concepção regulacionista de que a capacidade declinante – e exógena à economia – de desenvolver a produtividade causou a crise do fordismo. E classifica, de modo provocativo, esse tipo de concepção de “malthusiana”.

Uma importante insuficiência teórica das três correntes é a incapacidade de compreensão do capitalismo das últimas décadas. Os autores das três escolas compreenderam as décadas de 1980, 1990 e mesmo os primeiros anos do novo milênio como períodos de continuidade da crise dos anos 1970. Coutrot (2009, p. 261) é um dos autores que reconhece a falha dos regulacionistas e da escola das estruturas sociais de acumulação em identificar nas experiências neoliberais uma alternativa viável a longo prazo para o capitalismo:

(...) assim como os regulacionistas franceses, os radicais subestimaram consideravelmente a coerência e efetividade da contrarrevolução de Reagan. Custou-lhes um longo tempo para entender que o neoliberalismo poderia gerar novas estruturas sociais para a acumulação capitalista, que seriam certamente menos homogeneizadoras e menos igualitárias que aquelas do período do pós-guerra, mas, no entanto, capazes de restaurar a lucratividade do investimento de forma duradoura (COUTROT, 2009, p. 261).

Os teóricos regulacionistas, das estruturas sociais de acumulação e neoschumpeterianos passaram algumas décadas procurando compromissos que serviriam de base para novas “eras de ouro” do capitalismo. Mas, segundo alguns críticos, a própria forma compromisso ou acordo entre classes não é mais a forma típica de construção de instituições: “Nos últimos vinte anos o capital agiu de maneira coerente não só para reverter a seu proveito o conteúdo dos compromissos, mas também para eliminar a figura mesma do compromisso, a forma contrato. O mercado contra o contrato, o individualismo contra todo sujeito coletivo e solidário, o liberalismo contra o Estado de bem-estar” (NEGRI, 1994, p. 3).

Uma importante crítica foi elaborada por Stavros Mavroudeas (2006), que critica os regulacionistas e a escola das estruturas sociais de acumulação por terem se afastado de uma “teoria geral abstrata” do capitalismo e adotado um “tipo de análise intermediária”. As análises intermediárias procurariam se basear em fatos estilizados e explicá-los. Por isso seriam populares durante o período histórico no qual os fatos estilizados são relevantes. Entretanto, uma vez que

ocorra uma mudança no capitalismo, as questões mais fundamentais voltariam a ser destacadas e as teorias intermediárias perderiam capacidade explicativa.

O diagnóstico aqui realizado contraria a concepção de as escolas analisadas ao longo deste artigo abandonaram uma visão geral do capitalismo e aponta que, quando tentaram fazê-lo, acabaram adotando, seja de modo explícito, seja de maneira implícita, uma compreensão do modo de produção capitalista inadequada e inconsistente com o projeto inicial das escolas. É por isso que os autores do imperialismo e do capitalismo monopolista viam os monopólios como uma transformação que levaria ao socialismo; que os autores da escola das estruturas sociais de acumulação aceitaram, sem nenhuma justificativa teórica adequada, que uma estrutura social de acumulação seria um arcabouço institucional que permitiria “estabilidade econômica” e “crescimento relativamente rápido” (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994, p. 1); que os regulacionistas procuram, há décadas, por novos “compromissos institucionalizados” (BOYER, 2015) ou que os neoschumpeterianos argumentam que ocorrerão novas “eras de ouro” (PEREZ, 2012). A superação de tais equívocos acerca das características gerais do capitalismo passa pela retomada dos projetos teóricos originais de conjugar uma análise mais geral e abstrata das relações sociais com as formas históricas que essas relações assumem (BOYER, 1990, p. 65; GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 22)

A maneira mais adequada de evitar que características idiossincráticas a uma fase específica do capitalismo sejam generalizadas equivocadamente a todas as etapas do capitalismo é elaborando uma teoria estratificada do modo de produção capitalista. Tal teoria pode ter início com o resgate, ainda que de maneira necessariamente não exaustiva, de um plano mais básico de análise, das características presentes no capitalismo em geral (nas suas diversas fases). O próprio estabelecimento desse nível básico de investigação demonstra a necessidade da investigação de diferentes tipos de capitalismo.

Elementos para uma teoria estratificada das etapas do capitalismo

Com o intuito de superar os problemas teóricos e metodológicos apresentados pelas teorias sobre as etapas do capitalismo, será adotada a concepção de que a investigação do capitalismo pode se valer da multiplicidade das escalas de tempo. Tal estratégia não procura descartar as contribuições das teorias aqui analisadas, mas sim que as mesmas sejam, ao mesmo tempo conservadas e superadas, como pretende a dialética marxista.

Como todas as ciências, as ciências humanas se ocupam de investigar as estruturas e as propriedades do mundo real. O tecido social é formado por uma multiplicidade de relações sociais e por agentes (que ocupam posições sociais). Seguindo a contribuição de Braudel (1992), é

importante distinguir e analisar, de maneira articulada, os efeitos das estruturas de diferente duração⁹: “(...) duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofa da vida social atual” (BRAUDEL, 1992, p. 43)¹⁰.

É importante ter em mente que, assim como nas ciências naturais, as propriedades e as tendências associadas às relações sociais necessariamente se sobrepõem, se combinam e se anulam. No caso específico do presente trabalho, que procura analisar diferentes teorias de periodização do capitalismo, é relevante distinguir duas temporalidades principais nas relações sociais: as estruturas de longa duração, ou multisseculares, *versus* as estruturas específicas, ou de época¹¹. Se o intuito da análise for a compreensão mais concreta do funcionamento do capitalismo em um intervalo mais curto de tempo é preciso, ainda, fazer o estudo do âmbito conjuntural, ou factual.

Uma teoria adequada das etapas do capitalismo deveria partir das características mais básicas e gerais do capitalismo, como fez Marx, em “O capital”. Depois de estabelecidas as propriedades básicas do capitalismo, pode-se derivar diferentes modalidades possíveis de capitalismo, a partir da análise de características históricas e geográficas específicas. Foge ao escopo do presente trabalho exaurir tal teoria, mas alguns elementos podem ser delineados. No total, serão identificadas doze tendências multisseculares, derivadas da análise de Marx sobre as características fundamentais do modo de produção capitalista. É importante frisar que a lista desenvolvida a seguir não procura exaurir o tema e sim indicar um possível ponto de partida para a conjugação das teorias sobre as etapas do capitalismo com a análise dos elementos duradouros do modo de produção.

Marx (1894, p. 940-944) identifica duas relações sociais centrais do modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, a produção social aparece na forma de mercadorias. Isso significa

9 É importante destacar que não são apenas as ciências humanas que reconhecem a existência de diferentes escalas de tempo. Prigogine (1996) centra sua análise na irreversibilidade, a “flecha do tempo”, na física. Além disso, reconhece a existência de diferentes escalas de tempo na geologia, na biologia, na química, na física e nas ciências humanas. Wallerstein (1998) argumenta que Prigogine e Braudel desenvolveram, respectivamente, os conceitos de flecha do tempo e de longa duração com o objetivo de descrever a realidade (natural e social) como um caminho intermediário entre o determinismo absoluto e a ausência de ordem e explicação.

10 A obra de Fernand Braudel (1992) procurou distinguir e analisar várias estruturas com diferentes temporalidades e que implicam em tendências históricas diversas: “Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual” (BRAUDEL, 1992, p. 15). Entretanto, diferentemente de Braudel, que enfatiza as trocas, o comércio e as finanças, a presente seção prioriza o mundo da produção e do trabalho, que serviram de base para a análise de Marx no livro I de “O capital”.

11 Entende-se estrutura como relações sociais recorrentes, que ao mesmo tempo possibilitam e restringem a ação humana nas diferentes sociedades: “Por estrutura, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais (...). Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a, história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento. Outras estão mais prontas à se esfumar. Mas todas são ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos” (BRAUDEL, 1992, p. 49-50).

que os bens que as pessoas necessitam para sua reprodução cultural, física e material são obtidos primariamente por meio do mercado. Entretanto, a produção não é realizada com o intuito de satisfazer as necessidades das pessoas (o valor de uso) e sim com o objetivo de ampliação dos recursos (valor) originalmente adiantados pelos proprietários dos meios de produção. A segunda relação social definidora do modo de produção capitalista é que a própria força de trabalho é uma mercadoria. Os trabalhadores apenas terão acesso aos bens necessários para a sua sobrevivência vendendo a própria força de trabalho:

Ele [o modo de produção capitalista] produz seus produtos como mercadorias. Produzir mercadorias não o distingue de outros modos de produção, mas sim o fato de que ser mercadoria constitui o caráter dominante e determinante de seu produto. Isso implica, desde já, que o próprio trabalhador só aparece como vendedor de mercadoria e, por isso, como assalariado livre, ou seja, que o trabalho aparece em geral como trabalho assalariado (MARX, 1894, p. 941).

Uma primeira tendência associada à própria lógica da circulação de mercadorias é a definição de alguma mercadoria específica, que se destaca das demais, configurando o dinheiro. O desenvolvimento histórico e lógico da forma dinheiro aponta para a substituição do dinheiro mercadoria tanto pelo crédito quanto por formas fiduciárias da moeda, que prescindem do conteúdo material, do valor agregado. A padronização da moeda em um espaço geográfico é feita por alguma autoridade, algum poder político.

Uma segunda tendência ligada à generalização das trocas em uma sociedade é a possibilidade de descompasso entre as decisões individuais dos agentes privados, uma das principais causas das crises. A possibilidade de retenção de ativos líquidos está na base do princípio da demanda efetiva, sistematizado por Keynes e Kalecki. Se, por um lado, uma diminuição abrupta da demanda – ou da realização da produção, nos termos de Marx – provoca crises econômicas, por outro lado, não há necessidade dos níveis de renda, de crescimento e de emprego manterem-se elevados¹².

As relações sociais capitalistas aparecem nas mais diversas formas. Esta é a terceira tendência do modo de produção capitalista. O capital, essa “unidade movente”, é o “sujeito das distintas transformações” (MARX, 1857-1858, p. 518). Ora ele aparece na forma de mercadorias, ora na forma de capital variável e de capital fixo e, à medida que o processo de acumulação de capital avança, aparece nas formas mais etéreas de capital portador de juros e de capital fictício. O capital fictício representa “direitos sobre rendimentos” ou “títulos de propriedade” representados num “montante de capital monetário fictício constantemente variável” (MARX, 1894, p. 527). A existência do crédito, de títulos de dívida e de ativos baseados na promessa de remuneração futura permite um maior grau de plasticidade ao sistema capitalista, embora amplie as possibilidades de

12 Essas considerações básicas acerca de uma economia mercantil contradizem a concepção pré-teórica da abordagem da regulação e da escola da estrutura social de acumulação de que o funcionamento normal do capitalismo está necessariamente associado ao elevado crescimento e à estabilidade.

crise econômica.

No capitalismo, o trabalho social é distribuído e realizado por meio do mercado. Uma parte da produção social remunera os trabalhadores, enquanto a outra parte, que Marx chama de mais-valor, é apropriada pelos capitalistas. Trabalhadores e capitalistas disputam a distribuição da produção social. A concorrência entre os capitalistas impele as unidades produtivas a procurarem reduzir os custos de produção e, com isso, diminuir a quantidade de trabalho despendida no processo produtivo. Essa é a quarta tendência do modo de produção capitalista: o aumento da produtividade do trabalho.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social se choca com a estreiteza das relações sociais capitalistas. Ocorre uma tensão entre o fato de a produção depender cada vez mais do trabalho passado – que se cristaliza no conjunto de máquinas e equipamentos, mas também no acúmulo de conhecimento científico e tecnológico – em detrimento da força de trabalho viva, que ainda precisa ser vendida pela maior parte dos membros da sociedade, para sua própria sobrevivência. Essa quinta tendência é a forma principal de funcionamento da lei do valor¹³: a sociedade se estrutura e se reestrutura de diferentes maneiras em torno do trabalho social¹⁴, que é potencializado, mas não necessariamente é utilizado para satisfação das necessidades humanas (POSTONE, 2014). A mesma pressão concorrencial que impele à criação de novos produtos e ao aumento da produtividade também pressiona para a redução do padrão de vida dos trabalhadores e para a ampliação da jornada de trabalho. Por isso, ocorre uma sexta tendência: grande parte da classe trabalhadora ou do exército de reserva não tem acesso aos bens produzidos pela sociedade e por isso a história do capitalismo é marcada por conflitos distributivos, pela luta de classes e pela desigualdade.

Em virtude da perene elevação da produtividade do trabalho social, o mesmo volume de produção de valores de uso pode ser feito por um número decrescente de trabalhadores. O volume de emprego em uma sociedade capitalista só aumenta se a produção crescer mais que a produtividade, como Marx deixa claro ao investigar a “lei geral da acumulação capitalista”. Isso significa que, em uma sociedade na qual há um imperativo sistêmico ilimitado para a ampliação da produtividade, a produção tem que crescer ilimitadamente, para a manutenção do nível de emprego, gerando enormes pressões no meio ambiente. O desemprego e a destruição do meio ambiente são a sétima e a oitava tendências¹⁵:

13 Tal compreensão da lei do valor supera a problemática da transformação dos valores em preços. Postone (2014) e Borges Neto (2002) tratam do assunto, que não será abordado aqui.

14 “O valor (...) é uma categoria de uma totalidade dinâmica. Essa dinâmica envolve uma dialética de transformação e reconstituição que resulta da natureza dual da forma-mercadoria e dos dois imperativos estruturais da forma de valor da riqueza – a busca de níveis crescentes de produtividade e a necessária retenção do trabalho humano direto na produção” (POSTONE, 2014, p. 356).

15 “Para Marx, esse padrão de crescimento tem duplo caráter: envolve a constante expansão da capacidade produtiva

E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 1867, p. 573-574).

Marx observara que a lógica mercantil apresenta uma tendência de se expandir geograficamente. Nos diversos territórios ocorrerão discrepâncias entre: os graus de domínio tecnológico; os níveis de produtividade e de intensidade do trabalho; o desenvolvimento dos sistemas monetários, financeiros e bancários. Tais discrepâncias implicam na nona tendência: a hierarquização espacial do capitalismo, que cria centros e periferias no âmbito planetário. E implica na décima tendência, a projeção da competição intercapitalista e dos conflitos entre frações de classe a todo o globo terrestre.

Depois de observadas algumas das características mais essenciais do modo de produção, é necessário abordar as propriedades do sistema econômico que fazem com que a investigação histórica e a periodização do capitalismo sejam possíveis, ou mesmo necessárias, em níveis menos abstratos de compreensão. Essas características realizam a mediação entre a análise mais geral e abstrata e a análise histórica e institucional do capitalismo.

É essencial destacar que, mesmo no âmbito mais abstrato, a lógica mercantil não está presente em uma forma pura, alheia aos aspectos políticos e morais da sociedade. No caso da exposição de Marx em “O capital”, por exemplo, a jornada de trabalho e o valor da força de trabalho são delimitado não apenas por fatores fisiológicos, mas também por fatores políticos e culturais. Também é muito importante notar que, mesmo no nível mais fundamental de investigação, o Estado está implícito. Ele é pressuposto para estabelecer regras na relação entre capitalistas e trabalhadores, garantir o funcionamento adequado da moeda e do sistema de crédito, administrar conflitos de interesses entre proprietários privados independentes, estabelecer regras quanto à interação da nação com outros países e prover uma infraestrutura física necessária para a produção e o comércio. Tal fato é consensualmente aceito por Smith, Marx, por outros autores relacionados com a economia política clássica e pelos autores ligados ao institucionalismo original, embora seja negligenciado por algumas versões da teoria neoclássica, como, por exemplo, as teorias do equilíbrio geral.

Mesmo no plano mais básico de análise, é necessário ter em conta que o sistema econômico possui “impurezas”, ou seja, é necessariamente ligado a sistemas que não se reduzem à lógica mercantil, entre os quais a família, o Estado e as relações internacionais. Esse argumento está

humana, ainda que vinculada a uma estrutura social dinâmica e alienada, essa expansão tem uma natureza acelerada, ilimitada e fugidia sobre a qual não se tem controle. Deixando de lado considerações de possíveis limites ou barreiras à acumulação de capital, uma das consequências implícitas por esta dinâmica particular – que gera mais crescimento na riqueza material do que no mais-valor – é a aceleração da degradação ambiental” (POSTONE, 2014, p. 360).

presente, por exemplo, em um texto de Hodgson (2001) e outro de Hodgson, Itoh e Yokokawa (2001), nos quais os autores criticam a concepção defendida por Kozo Uno, de que seria necessário elaborar uma teoria estratificada do capitalismo tendo como nível mais abstrato de análise uma teoria pura do capitalismo, que, segundo Uno (1980), foi elaborada por Marx. O presente artigo advoga que a abordagem de Marx em “O capital” não pressupõe uma teoria pura do capitalismo. É importante ter em mente que existem importantes mercadorias fictícias, como o trabalho, a moeda e a natureza, que não são reproduzíveis pela lógica dos mercados (POLANYI, 1944). Mesmo o funcionamento normal dos mercados pressupõe a inserção desses em um ambiente cultural e social.

Uma teoria abstrata do modo de produção capitalista não pode ser uma concepção totalmente fechada em si mesma, deve comportar aberturas, pois importantes variáveis do sistema econômico são determinadas por dinâmicas não econômicas (por exemplo, o tipo de relação capital-trabalho predominante, o tipo de padrão monetário etc.). Desde o início do século XX, o caráter aberto de muitos dos principais elementos da economia capitalista é captado pelo conceito de instituição. Desse ponto de vista, as mudanças de etapas do capitalismo podem ser compreendidas como transformações dos conjuntos de instituições. Uma vez admitida a importância das impurezas no sistema econômico (a décima primeira tendência), torna-se lógica a possibilidade de existência de variedades do capitalismo (a décima segunda tendência). Além disso, torna-se importante a análise de outras temporalidades históricas para a compreensão da economia.

É importante destacar que, de forma alguma, a consideração da importância de se compreender as mudanças históricas e qualitativas do capitalismo impede que sejam investigados os elementos estruturais e imutáveis do modo de produção. A ausência de uma investigação das estruturas multisseculares do sistema econômico pode levar a considerações equivocadas sobre o capitalismo. Com o intuito de conciliar a investigação das propriedades básicas do capitalismo com a necessária variabilidade das economias reais, a economia política e, mais especificamente, Marx, investigaram o sistema econômico com base em leis tendenciais, que poderiam ou não se manifestar, dependendo do comportamento de uma série de variáveis, que não podiam ser reduzidas à lógica econômica. A análise das propriedades básicas e das tendências fundamentais do modo de produção deve servir de base para a análise histórica e institucional da economia.

Com inspiração crítica na elaborações de Marx, Hobson, Lênin, Hilferding, Keynes, Schumpeter, Gramsci, Polanyi e outros autores, a escola da regulação, a escola das estruturas sociais de acumulação e a escola neoschumpeteriana avançaram em relação às teorias do imperialismo e do capitalismo monopolista, ao identificarem a relação salarial, o padrão monetário, a forma de inserção internacional, o tipo de Estado, o padrão tecno-organizacional, as correlações de frações de classe como as formas institucionais principais para a compreensão das etapas do capitalismo.

A partir da análise dessas formas institucionais é possível vislumbrar diferentes tipos de capitalismo. O Quadro 1, a seguir, resume as considerações principais acerca da periodização do capitalismo. No Quadro 1, as instituições são diferentes formas nas quais aparecem as relações sociais fundamentais do modo de produção. Enquanto as relações fundamentais são responsáveis pelas tendências multisseculares do capitalismo, as diferentes configurações institucionais podem dar origem a diversas tendências específicas. A análise mais adequada das etapas do capitalismo deve levar em conta tanto tendências multisseculares quanto as tendências de época.

Quadro 1: Tendências multisseculares e tendências específicas do capitalismo

Fundamentos	Tendências multisseculares	Instituições	Tendências específicas
Mercado	Criação da moeda Crise Crédito/capital fictício	Padrão monetário	Crises inflacionárias e deflacionárias Crédito gera crescimento/crise
Capital-trabalho Concorrência	Inovação e produtividade Mundo do trabalho é central Exclusão/conflito distributivo Desemprego Destruição ambiental	Relação salarial Frações de classe Padrões tecno-organizacionais	Conflito/compromisso Consumo em massa/Consumo restrito Coesão com emprego/guerra
Espacialidade	Criação de centros/periferias Internacionalização	Inserção internacional	Fluxos de capital/comércio Militarismo/diplomacia
Esfera não mercantil	Importância das instituições Variedades do capitalismo	Forma do Estado Laços de proteção	Estado interventor/liberal Muita ou pouca proteção social

Fonte: Elaboração própria.

Por exemplo, no caso do imperialismo, predominava o padrão monetário lastreado em ouro, a classe trabalhadora estava se organizando, mas não tinha muito poder político. Este estava mais concentrado nos capitalistas industriais e financeiros. O Estado desempenhava um papel restrito na economia, se destacando notadamente nos gastos militares. Não havia política econômica anticíclica e havia pouca regulamentação do setor financeiro, o que fazia com que as crises tendessem a ser agudas e deflacionárias. O crescimento econômico era, pelo menos em parte, liderado pela exploração colonial e pelo militarismo. A coesão social era baseada nas rivalidades de classe, racial e internacional. A proteção social era restrita. As tendências de longa duração de ocorrência de crises econômicas, de geração de desemprego e de conflitos sociais fizeram com que o imperialismo, com o tempo, deixasse de ser o tipo de capitalismo típico dos países centrais.

No pós-guerra foi formada uma nova etapa que, assim como a etapa imperialista, também era idiossincrática e não a última forma histórica possível de capitalismo. Nos países centrais, ocorreu a chamada “era de ouro”, baseada em aumentos salariais, Estado intervencionista, ampliação da proteção social, consumo em massa e produção em massa. A coesão social era garantida pelo consenso em torno da melhoria do padrão de vida, facilitada pela reconstrução dos

países europeus e pela ajuda americana, no contexto da Guerra Fria e de movimentos operários fortes. Entretanto, as tendências multisseculares, como a internacionalização do capital, a formação de centros e periferias, os conflitos distributivos e de classes sociais contribuíram com a erosão das formas institucionais do pós-guerra.

Desde os anos 1980 tem prevalecido um tipo de capitalismo que, muitas vezes, é caracterizado como neoliberal. Neste tipo de capitalismo, ocorreu a ampliação (em comparação com a “era de ouro”) dos fluxos internacionais de capital e de comércio. Devido à concorrência internacional, os trabalhadores têm menor poder político, que está mais concentrado no capital financeiro. Os Estados estão se preocupando menos com a estabilidade econômica e com políticas de bem-estar social e mais com o combate à inflação e a austeridade fiscal. O crescimento econômico é relativamente baixo e, em parte, alimentado por inevitáveis déficits fiscais e pelo endividamento das famílias. A coesão social não é garantida pela forma compromisso, predominante no pós-guerra, mas pelo consumismo, pelo nacionalismo, pelo militarismo e pela xenofobia. As crises financeiras recorrentes nas últimas décadas ainda não foram suficientes para uma nova transformação do capitalismo, mas a instabilidade política e econômica crescente, pelo menos desde 2008, indica que novas formas institucionais podem ser construídas. Apesar da instabilidade favorecer a reforma social, não necessariamente ocorrerão mudanças institucionais e estas não necessariamente serão progressistas. Não está descartado o aumento do totalitarismo no âmbito mundial.

Considerações finais

O presente artigo argumenta que é possível articular a análise das tendências multisseculares do modo de produção com a análise das características específicas a cada espaço geográfico e a cada período histórico. Desse modo, poderia ser retomado o projeto original de diversas teorias das etapas do capitalismo: a conjugação de uma teoria geral do capitalismo com a periodização do sistema econômico. Este texto não advoga que as teorias sobre as etapas do capitalismo devam ser abandonadas. Pelo contrário, o entendimento do capitalismo atual, muitas vezes caracterizado como financeirizado ou como neoliberal, passa necessariamente pela periodização do capitalismo. Além disso, o reconhecimento da existência tanto das características gerais do modo de produção quanto das características específicas do capitalismo pode permitir um diálogo mais aprofundado entre diferentes escolas de pensamento econômico, tais como o marxismo, o institucionalismo e o keynesianismo, abordagens ocupadas com níveis diferentes da realidade, que se associam a diferentes escalas de tempo.

Por fim, o entendimento das características mais gerais do modo de produção não exclui

a compreensão da historicidade do mesmo, mas, pelo contrário, possibilita que se vislumbre a articulação necessária entre a economia, a política, as relações internacionais e outras áreas do conhecimento humano, permitindo uma melhor compreensão das mudanças qualitativas do capitalismo e do funcionamento concreto da vida econômica.

Referências bibliográficas

AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation: the US experience**. Londres e Nova York, Verso, 2000 (1976).

BARAN, P; SWEEZY, P. **Monopoly capital**. Nova York, Monthly Review Press, 1966.

BORGES NETO, J. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, USP, 2002.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land: a democratic alternative to Economic Decline**. Nova York, Doubleday, 1984.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **After the waste land: a democratic economics for the year 2000**. Armonk, M. E. Sharpe Inc., 1990.

BOYER, R. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo, Nobel, 1990.

BOYER, R. Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom, a crise? In: FLORI, J. L; TAVARES, M. C; RAMONET, I; CASTEL, R; HIRST, P; BOYER, R. (Orgs.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998.

BOYER, R. **Théorie de la régulation**, Vol. 1: les fondamentaux. Paris, La découverte, collection Repères 2004.

BOYER, R. **Les financiers détruiront-ils le capitalisme?** Paris, Economica, 2011.

BOYER, R. **Économie politique des capitalismes: théorie de la régulation et des crises**. Paris, La découverte, 2015.

BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.). **Théorie de la régulation: l'état des savoirs**. Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Perspectiva, 1992.

BRENNER, R. Reply to critics. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, Vol. XIX, No. 2, 1999.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986 (1917).

CLARKE, S. Overaccumulation, class struggle and the regulation approach. In: BONEFELD, W; HOLLOWAY, J. **Post-fordism & social form: a Marxist debate on the post-fordist state**. Londres, MacMillan Academic and Professional, 1991.

- CORIAT, B. La théorie de la régulation: origines, spécificités et perspectives. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (número especial da Futur Antérieur), 1994.
- COUTROT, T. The american radicals: a subversive current at the heart of the empire. In: BIDEET, J; KOUVELAKIS, S. **Critical companion to contemporary marxism**. Chicago, Haymarket Books, 2009.
- FREEMAN, C. Social inequality, technology and economic growth. In: SENKER, P; WYARR, S. (Eds.) **Technology and inequality**. Londres, Routledge, 2000.
- FREEMAN, C. Continental, national and sub-national innovation systems: complementarity and economic growth. **Research policy**, n. 31, 2002.
- FREEMAN, C; LOUÇÃ, F. **Ciclos e crises no capitalismo global: das revoluções industriais à revolução da informação**. Porto, Edições Afrontamento, 2004.
- FOSTER, J. B; MAGDOFF, F. **The great financial crisis: causes and consequences**. Nova York, Monthly Review Press, 2009.
- GORDON, D. Up and down the long roller coaster. In: Union for Radical Political Economics (Eds.). **US capitalism in crisis**. Nova York, Union for Radical Political Economics, 1978.
- GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Divided works, segmented workers: the historical transformation of labour in the United States**. Nova York, Cambridge University Press, 1982.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985 (1910).
- HOBSON, J. A. **Imperialism: a study**. Nova York, James Pott & Co., 1902.
- HODGSON, G. The evolution of capitalism from the perspective of institutional and evolutionary economics. In: HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution: global contentions – East and West**. Cheltenham, Edward Elgar, 2001.
- HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. Introduction. In: HODGSON G; ITOH, M; YOKOKAWA, N. (Eds.). **Capitalism in evolution: global contentions – East and West**. Cheltenham, Edward Elgar, 2001.
- KOTZ, D. The state, globalization and phases of capitalist development. In: ALBRITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development: booms, crises, and globalizations**. Nova York, Palgrave, 2001.
- KOTZ, D; MCDONOUGH, T. Global neoliberalism and the contemporary social structure of accumulation. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century**. Nova York, Cambridge University Press, 2010.
- KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. Introduction. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (Eds.). **Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis**. Nova York, Cambridge University Press, 1994.

- LÊNIN, V. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas, Navegando Publicações, 2011 (1917).
- LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo**. São Paulo, Nobel, 1988.
- LIPIETZ, A. Quelles régulations internationales pour le XXI^e siècle? **Revue Politique**, abril, 2012.
- LIPIETZ, A. La trop évitable crise européenne. In: AUFFREY-SÉGUETTE, M; FERRY, J.-M. LECLERC, A. **Crise et critique**. Paris, Presses Univ. de Paris-Sorbonne, 2015.
- LIPPIT, V. The neoliberal era and the financial crisis in the light of SSA theory. **Review of Radical Political Economics**, Vol. 46, No. 2, 2014.
- LOUÇÃ, F. Long waves, the pulsation of modern capitalism. In: HANUSCH, H; PIKA, A. **Elgar companion to neo-schumpeterian economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.
- LUNDEVALL, B-A. National innovation systems: from List to Freeman. In: HANUSCH, H; PIKA, A. **Elgar companion to neo-schumpeterian economics**. Cheltenham, Edward Elgar, 2007.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985 (1913).
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011 (1857-1858).
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013 (1867).
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro III. São Paulo, Boitempo, 2017 (1894).
- MAVROUDEAS, S. Social structures of accumulation, regulation approach and stages theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and crises: social structure of accumulation theory and analysis**. Galway, National University of Ireland, 2006. Disponível em: <http://ssagalway.blogspot.com>, acesso em 10/06/2010.
- NEGRI, T. L'école de la régulation face à des nouveaux problèmes. In: SEBAÏ, F; VERCELLONE, C (Eds.). **Ecole de la régulation et critique de la raison économique**. Paris, L'Harmattan (número especial da FuturAntérieur), 1994.
- NELSON, R; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Londres, Harvard University Press, 1982.
- PEREZ, C. Structural change and assimilation of new technologies in the economic and social systems. **Futures**, V. 15, N. 4, 1983.
- PEREZ, C. Financial bubbles, crises and the role of government in unleashing golden ages. **FINNOV Discussion Paper**, 2012.
- POLANYI, K. **The great transformation**. Nova York, Farrar & Rinehart, 1944.
- POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo, Boitempo, 2014.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo, Editora Unesp, 1996.

UNO, K. **Principles of political economy: theory of a purely capitalist society**. Brighton, Harvester Press, 1980.

WALLERSTEIN, I. Time and duration: the unexcluded middle, or reflections on Braudel and Prigogine. **Thesis Eleven**, V. 54, N. 1, 1998.

WOLFSON, M; KOTZ, D. A reconceptualization of social structure of accumulation theory. In: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D. **Contemporary capitalism and its crises**. Social structure of accumulation theory for the 21st century. Nova York, Cambridge University Press, 2010.